

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/multi.v27i66.3519>
Recebido em: 22/09/2021; aprovado para publicação em: 16/05/2022

**Desenvolvimento Local e esportes de aventura na natureza:
a produção de riquezas a partir do esporte no Brasil**

***Local Development and adventure sports in nature: the
production of riches from sport in Brazil***

***Desarrollo local y deportes de aventura en la naturaleza: la
producción de riqueza del deporte en Brasil***

Diego Bezerra de Souza¹
Pedro Pereira Borges²

¹Doutorando em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: diegosouzams01@gmail.com,
Orcid: <https://orcid.org/0001-0001-75438697>

²Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor no Programa de Pós-Graduação de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: pobojari@ucdb.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9183-5051>

Resumo: A pesquisa que será desenvolvida neste artigo trabalha uma temática singular, que é a relação entre o Desenvolvimento Local e os esportes de aventura na natureza. Destaca-se também a questão do PIB esportivo no Brasil, que pode crescer substancialmente se for objeto de política pública voltada inclusive para a diversificação das atividades econômicas de um local. O objetivo desta pesquisa é verificar e avaliar a relação entre o Desenvolvimento Local e os esportes de aventura na natureza, com atenção ao PIB dos esportes no Brasil. Quanto à metodologia, optou-se pelo tipo de pesquisa bibliográfica. A pesquisa contém alguns estados da arte necessários para entender a importância da temática para a sociedade. Quanto aos resultados, estes podem ser auferidos a partir da avaliação da importância dos esportes para a economia local e nacional, sendo que o PIB dos esportes é um fator que pode ser usado para isso, e também da avaliação de que o país é um território propício para a prática de esportes de aventura na natureza, devido à sua diversidade territorial. Além disso, mesmo que o país tenha se despertado para a importância dos esportes para a economia, essa visão não pode se limitar apenas quando da ocorrência de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo ou a Olimpíada, mas, sobretudo, como uma possibilidade de os esportes, em especial os de aventura na natureza, serem mais um recurso para o Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: esportes; esportes de aventura na natureza; Desenvolvimento Local; PIB Esportivo.

Abstract: The research that will be developed in this article works on a unique theme, which is the relationship between Local Development and adventure sports in nature. The issue of sports GDP in Brazil is also noteworthy, which can grow substantially if it is the object of public policy aimed even at diversifying the economic activities of a place. The objective of this research is to verify and evaluate the relationship between Local Development and adventure sports in nature, with attention to the GDP of sports in Brazil. As for the methodology, the type of bibliographic research was chosen. The research contains some states of art necessary to understand the importance of the theme for society. As for the results, these can be obtained from the evaluation of the importance of sports to the local and national economy, with the GDP of sports being a factor that can be used for this, and also from the evaluation that the country is a favorable territory for the practice of adventure sports in nature, due to its territorial diversity. In addition, even if the country has awakened to the importance of sports for the economy, this vision cannot be limited only when major sporting events such as the World Cup or the Olympic Games occur, but, above all, as a possibility for sports, especially those of adventure in nature, of being yet another resource for Local Development.

Keywords: sports; adventure sports in nature; Local Development; Sports GDP.

Resumen: La investigación que se desarrollará en este artículo trabaja sobre un tema único, que es la relación entre el Desarrollo Local y los deportes de aventura en la naturaleza. También se destaca la cuestión del PIB deportivo en Brasil, que puede crecer sustancialmente si es objeto de una política pública dirigida a diversificar las actividades económicas de un lugar. El objetivo de esta investigación es verificar y evaluar la relación entre Desarrollo Local y deportes de aventura en la naturaleza, con atención al PIB del deporte en Brasil. En cuanto a la metodología se optó por el tipo de investigación bibliográfica. La investigación contiene algunos estados del arte necesarios para comprender la importancia del tema para la sociedad. En cuanto a los resultados, estos se pueden obtener de la valoración de la importancia del deporte para la economía local y nacional, siendo el PBI deportivo un factor que puede servir para ello, y también de la valoración de que el país es un territorio apto para la práctica de deportes de aventura en la naturaleza, debido a su diversidad territorial. Además, si bien el país ha tomado conciencia de la importancia del deporte para la economía, esta visión no puede limitarse sólo a la ocurrencia de grandes eventos deportivos como la Copa del Mundo o las Olimpíadas, sino, sobre todo, como una posibilidad de desarrollo deportivo. , especialmente la aventura en la naturaleza, son un recurso más para el Desarrollo Local.

Palabras clave: deportes; deportes de aventura en la naturaleza; Desarrollo Local; PIB deportivo.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que foi desenvolvida neste artigo trabalha uma temática singular, que é a relação entre o Desenvolvimento Local e os esportes de aventura na natureza. Trata-se de uma temática que abre espaço para lidar com diversas áreas afetas à questão do desenvolvimento e, portanto, do Desenvolvimento Local. O Desenvolvimento Local é uma área do conhecimento que lida com o desenvolvimento humano, tanto no sentido psicológico quanto no seu aspecto quantitativo e qualitativo, que desemboca no próprio Índice de Desenvolvimento Humano, na Economia, na questão territorial, no Direito, na Sociologia, nas Políticas Públicas, nas comunidades e no meio ambiente, entre outras possibilidades.

O enfoque nos esportes de aventura na natureza é devido ao fato de que há esportes que podem ser praticados nos entes terciários da Federação brasileira, isto é, nos Entes Municipais, e que podem ajudar a alavancar o próprio desenvolvimento local. Aqui se diz terciários não porque sejam definidos assim pela Constituição Federal de 1988, mas porque estão no intestino da Federação e dos entes regionais, ou seja, os Estados Federados.

A prática desses esportes, em última análise, dá-se justamente em seus territórios e agrega valores à economia local, promove a interação com a comunidade e possibilita a imersão, não somente dos atletas, mas também da comunidade, das empresas e dos governos, nos ambientes de sua prática. Esses ambientes podem ser áreas particulares, como fazendas e sítios, e governamentais, como as áreas públicas e de proteção ambiental, sem prejuízo para o meio ambiente.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) dos esportes, a referência a ele é para destacar a sua relação com as atividades sociais, econômicas e políticas no âmbito de um local. Ele se apresenta como importante indicador de crescimento da atividade esportiva e também de uma comunidade que pode utilizar os esportes como recurso para o seu próprio desenvolvimento.

O objetivo desta pesquisa é verificar e avaliar a relação entre o Desenvolvimento Local e os esportes de aventura na natureza, com atenção ao PIB dos esportes no Brasil. Em sentido *lato*, o Desenvolvimento Local,

mesmo sendo uma área de conhecimento relativamente nova, dentro das Ciências Sociais aplicadas, engloba tudo o que diz respeito à dimensão humana. O esporte e os esportes de aventura na natureza são práticas humanas. Daí a sua relação natural com o Desenvolvimento Local. Em sentido estrito, tudo o que é humano e econômico, mesmo em sua abstração mais profunda, pode ser quantificado. Daí a relação com o PIB dos esportes, mas tendo sempre como foco os esportes de aventura na natureza e a perspectiva do Desenvolvimento Local, em especial na sua dimensão humana mais estrita possível.

2 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizado para a confecção deste trabalho é a bibliográfica. Serão utilizadas bibliografias de artigos baseados na Capes e nas publicações do próprio Programa de Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A pesquisa está estruturada, além da introdução, em outros quatro tópicos. O primeiro trata sobre o conceito de Desenvolvimento Local. Acerca do segundo, este procurará apresentar o quanto os esportes podem impactar o desenvolvimento e o Desenvolvimento Local de determinado território. O tópico seguinte terá como tema o PIB esportivo no Brasil e o PIB dos esportes de aventura na natureza, e este tópico será seguido pelo tópico das discussões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Desenvolvimento Local em perspectiva

Neste início de segunda década do século XXI, desde 1947, já se passaram 74 anos, quando o termo “desenvolvimento” veio a ser usado para definir uma nação como desenvolvida ou subdesenvolvida. Até no discurso do presidente norte-americano Harry S. Truman (1884-1972), que lançou o Plano Marshall, para salvar as economias europeias destruídas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o termo “desenvolvimento” era usado para

se referir precipuamente a crescimento econômico e a progresso (GROGIN, 2000; MARTINS; BORGES, 2018).

A partir do discurso de Truman, o termo “desenvolvimento” passou, portanto, a definir as nações como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Países, como o Brasil, naquela época considerados como subdesenvolvidos, procuraram se inserir no mundo e promoveram planos de desenvolvimento, que foram decisivos para mudar os rumos de sua história (FURTADO, 1998). Atualmente, o conceito de desenvolvimento passou por uma mudança. A Organização das Nações Unidas (ONU) usa outros termos, como nações desenvolvidas e em desenvolvimento, ou emergentes, para classificar as nações de acordo com o seu estágio atual de desenvolvimento.

De qualquer forma, quando definiu a Agenda 2030, a ONU ofereceu uma definição de desenvolvimento que é afeta ao Desenvolvimento Local e ao propósito desta pesquisa. Levando em consideração as gerações atuais, a ONU reconhece que a geração atual precisa atender às próprias necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Com isso, estabeleceu que um dos critérios para se entender o desenvolvimento é a dimensão da sustentabilidade (ONU, 2021). É dentro desse conceito que se podem entender os esportes de aventura na natureza como parte integrante da busca pelo desenvolvimento na perspectiva do Desenvolvimento Local.

Essa agregação de novos conceitos ao desenvolvimento se tornou mais clara a partir da década de 1980. Naqueles anos, ao termo “desenvolvimento” foi agregado o qualificativo “local”, formando, assim, a locução “Desenvolvimento Local”.

A Base de Periódicos da Capes oferece ao pesquisador do Desenvolvimento Local uma gama assaz prolífera sobre a temática. Entre 1980 e 2021, utilizando como descritor o termo “desenvolvimento local”, as publicações da Base apresentam resultados que podem ser divididos quanto ao “tipo de recurso”, ao “tópico”, à “data de publicação”, às “bases de dados” e ao “idioma”, entre outros dados. Ao se refinar a pesquisa apenas para “produções revisadas por pares”, foram encontradas 35.027 produções, divididas de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Produções sobre o Desenvolvimento Local, entre 1980 e 2021

Tipos de recurso	Tópicos	Bases de dados	Idiomas
Artigos (34.857) Resenhas (76) Atas de congressos (5) Outros (1) Conjuntos de dados estatísticos (1)	Brazil (7.433) Public Health (3.645) Agriculture (1.523) Engineering (1.503) Business (1.250)	OneFile (GALE) (18.647) Scopus (Elsevier) (17.305) Directory of Open Access Journals (DOAJ) (12.135) Science Citation Index Expanded (Web of Science) (11.325) Materials Science & Engineering Database (9.231)	Inglês (28.148) Português (14.772) Espanhol (8.071) Francês (136) Chinês (52)

Fonte: Elaboração a partir da Base de Periódicos da Capes (2021).

A Tabela 1 é uma verdadeira fonte de dados para qualquer trabalho sobre o Desenvolvimento Local. Ao mesmo tempo, possibilita perceber que o Desenvolvimento Local é estudado em todas as partes do mundo, não somente pelas bases de dados, mas também pelos idiomas das publicações. Outro dado importante é a quantidade de artigos publicados sobre a temática no Brasil, que conta com 7.433 publicações, de um total de 34.857.

Dentre as palavras-chave que mais se sobressaem nos artigos revisados por pares, estão “Desenvolvimento”, “Desenvolvimento Local”, “Local”, “Município”, “Inovação Social”, “Dinâmica Local”, “Instituições Públicas e Privadas”, além de “Responsabilidade Social”, entre outras.

No Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, desde a década de 1990, a temática de Desenvolvimento Local vem sendo estudada com atenção, principalmente quanto à dimensão humana. Segundo Borges (2020), são quatro as grandes dimensões do estudo sobre o Desenvolvimento Local que precisam ser levadas em consideração. Em primeiro lugar, a valorização das características de determinado local, sempre em prol da comunidade; em segundo lugar, a valorização da própria comunidade; em terceiro lugar, a questão da identidade local, na sua relação com o regional/nacional e o global; e, em quarto lugar, a união de forças – horizontais/verticais, *top/bottom* – para elevar a qualidade de vida de um local.

Os estudos sobre o Desenvolvimento Local, nesta acepção, podem ser mais bem clarificados pela Tabela 2.

Tabela 2 - Expansão do conceito de Desenvolvimento Local

Desenvolvimento Local	
Valoriza a Pessoa	Capital humano (habilidades, competências e atitudes), educação, cultura, experiência, expertise, agente de desenvolvimento, trabalho, voluntariado, participação, propriedade intelectual, identidade.
Valoriza a Comunidade	Democracia, cidadania, inclusão social, capital social, sentido de pertença, história, geografia, ecologia humana, recursos naturais, recursos tangíveis, recursos potenciais, rede de relações, espaço econômico, espaço social, família, capital material, capital jurídico, patrimônio, respeito ao outro
Valoriza a Identidade	Liberdade, capital simbólico, vizinhança, parentesco, políticas públicas, delegação, espaço, território, identidade, política, capital tangível, capital, intangível, economia, sociedade, participação.
Valoriza as forças	Relações necessárias, ações integradas, capital inclusivo (inclusão social, política, econômica e cultural), relações contingentes, rede de relações, representação delegação, participação, capital relacional (com ONGs, com o governo, do local com o global, com instituições de ensino), inovação, tecnologia

Fonte: Borges (2020).

Como se pode perceber, o conceito de Desenvolvimento Local agregou conceitos e valores ao próprio conceito de Desenvolvimento. Este ganhou uma personalidade própria, e as suas dimensões passaram a englobar todos os aspectos da vida humana em sociedade. O Desenvolvimento Local se tornou um transversalizador, isto é, uma temática transversal de qualquer abordagem de desenvolvimento. Embora o termo pareça ser um neologismo, aqui é usado para se referir ao fato de que ele transpassa os simples dados econômicos para ir penetrando todos os aspectos que lhe são afetos, em especial quando se tem por objetivo o ser humano em suas multipeculiaridades.

É a partir desse entendimento que se pode inferir que a dimensão do esporte e, mais ainda, dos esportes de aventura na natureza está intrinsecamente ligada ao Desenvolvimento Local. O Desenvolvimento Local aqui é entendido como aquele que se abastece das peculiaridades locais, sem perder a sua relação com os entes regionais, nacional e global, e que,

preservando a identidade da comunidade, tem em vista o crescimento econômico e humano do local. Daí a importância desta pesquisa.

3.2 Os esportes de aventura na natureza, o desenvolvimento e o Desenvolvimento Local

Após essas considerações iniciais sobre a questão do desenvolvimento e, mais especificamente, sobre o Desenvolvimento Local, é preciso ressaltar que uma das dimensões que se sobressaem, em especial da Agenda 2030, da ONU, é a da sustentabilidade. A sustentabilidade pode ser entendida tanto em relação à economia quanto em relação ao meio ambiente. É a partir dessa perspectiva que se pode encontrar a relação entre os esportes de aventura na natureza, o desenvolvimento, entendido a partir do crescimento econômico e do progresso, e o Desenvolvimento Local, que leva em conta o ser humano, as suas relações multiniveladas – isto é, com as instâncias governamentais, com a sociedade em geral, com o terceiro setor e com as empresas. Nessa acepção, o Desenvolvimento Local se apresenta como uma parceria entre entes sociais em favor da comunidade para alavancar o seu desenvolvimento cultural, social, econômico, humano e sustentável. Borges (2020) define essa perspectiva do Desenvolvimento Local da seguinte forma: “mais do que reflexões sobre geopolítica ou meramente econômicas, a questão do desenvolvimento teve de estar atenta ao ser humano, independentemente do sistema político ou econômico no qual ele vive”.

Quanto aos esportes de aventura na natureza, um estado da arte realizado no Portal de periódicos da Capes ofereceu, a partir do descritor “Esportes de aventura na natureza”, entre os anos de 1991 e 2021, 109 publicações relativas ao tema. Destas, 81 eram revisadas por pares, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Publicações sobre esportes de aventura na natureza

Tópicos	Bases	Idiomas	Título de periódico
Brazil (9)	OneFile (GALE) (49)	Inglês (52)	Ciência & Saúde Coletiva (3)
Public Health (8)	Directory of Open Access Journals (DOAJ) (31)	Português (46)	Ciência & Saúde Coletiva (4)
Women's Studies (6)	Sociological Abstracts (18)	Espanhol (34)	Dados (2)
Sociology (6)	SciELO (CrossRef) (18)		Estudos Feministas (7)
Tourism (5)	Scopus (Elsevier) (16)		Geo UERJ (4)

Fonte: Base de periódicos da Capes (2021).

A Tabela 3 mostra como andam os estudos sobre os esportes de aventura na natureza no âmbito da academia. Antes de tudo, os estudos estão relacionados com a saúde pública, com a sociologia, com o turismo e com os estudos feministas. Independentemente da variedade de áreas a partir das quais os esportes de aventura na natureza possam estar sendo estudados, o mais importante é que eles entraram na dinâmica dos estudos científicos, e não somente de relatórios sobre responsabilidade social das empresas. Segundo Oliveira (1984, p. 205), “a responsabilidade social é a capacidade de a empresa colaborar com a sociedade, considerando os seus valores, as suas normas e as suas expectativas para o alcance dos seus objetivos”. Daí nasce a importância deste estudo para o Desenvolvimento Local.

Inseridos no contexto do Desenvolvimento Local, antes de tudo, é preciso conhecer a própria essência dos esportes de aventura na natureza. Em uma primeira acepção, os esportes podem ser entendidos simplesmente como atividade física. Essa é uma das definições oferecidas, por exemplo, pelo Dicionário Houaiss (2021), que o conceitua como “cada um dos jogos ou atividades que requerem destreza física, com observância de regras específicas ou o conjunto deles”. O mesmo dicionário apresenta como exemplos de esportes a corrida, o futebol, o hipismo, a natação e o tênis, entre outros.

Os esportes de aventura em geral podem ser praticados tanto no ambiente urbano quanto no ambiente rural (Cfr. Figura 1). Os esportes de aventura praticados no ambiente urbano apresentam características singulares, porque podem contar com ambientes especializados, como praças e ambientes para competições especializados. Quanto aos esportes praticados

na natureza, há um ambiente diferenciado, porque nem sempre são praticados em locais públicos abertos, e o seu praticante pode enfrentar até o desconhecido de determinada região. Daí a importância da organização de eventos por empresas especializadas. Chama atenção a organização, por exemplo, no caso das competições de *mountain bike* e *trail run*, que contam até com *rankings* regionais ou nacionais.

Figura 1 - Classificação dos esportes de aventura quanto aos locais de sua prática



Fonte: Elaboração a partir de Pimentel (2013; 2021).

Quando se trata de sua prática, em especial na natureza, portanto, os esportes de aventura precisam obedecer a critérios específicos, pois podem ser praticados em ambientes privados ou governamentais. Em qualquer situação, a sua prática deve obedecer a critérios de sustentabilidade e a regras específicas de cada modalidade. Entre os esportes de aventura mais praticados no Brasil, estão o surfe, o *rafting*, o voo livre, o rapel e o paraquedismo. Atualmente, percebe-se também uma preferência pelo ciclismo, nas modalidades *mountain bike* e *trail run*, que podem ser praticadas em ambientes naturais, sem prejuízo para o meio ambiente (JOGOS..., 2019).

Os esportes de aventura na natureza contam também com outras modalidades de prática, como iatismo, canoagem, *bodyboarding*, *triathlon*, corrida de aventura, tênis de praia, vôlei de praia, futebol de areia, futevôlei, *handbeach*, BMX, *cross-country*, pesca esportiva, parapente, *wakebord*, balonismo, rali, *slackline* e *stand up paddle*, entre outras modalidades (IBGE, 2015; JOGOS..., 2019).

A Figura 1 apresenta a definição de esportes de aventura. Para efeito de esclarecimento, por exemplo, a prática de *skate* já é normalizada. Ela pode ser qualificada como esporte radical. Quanto aos esportes nômades, eles são entendidos também a partir da transgressão. Pimentel (2013) cita como exemplo o fato de os praticantes de esportes radicais encontrarem um território proibido, como uma galeria de esgoto, um prédio, uma torre, entre outros locais de prática.

Quanto à prática dos esportes em geral, em 2015, de acordo com dados do IBGE (2017), havia 61,3 milhões de pessoas que praticavam esportes no Brasil. O mesmo instituto mostrava que o Centro-Oeste era uma das grandes regiões brasileiras onde mais se praticavam esportes (41,1%).

Quando se trata dos esportes de aventura na natureza, os dados não são muito claros, mesmo que o Brasil seja considerado como um dos países mais propícios à prática desses esportes.

É importante notar que a prática dos esportes em geral e dos esportes de aventura na natureza, em particular, segundo Claxton (2007), processam a celebração da cultura e da memória de uma comunidade, entendendo-se a cultura como o encontro entre a maneira de viver de grupos humanos e os valores provenientes de dada comunidade. Daí a sua estreita relação com o desenvolvimento e com o Desenvolvimento Local. Nessa perspectiva, a cultura da prática dos esportes de aventura na natureza pode se tornar um fim em si mesmo e indissociável do capital social, agregando a si outros capitais relevantes, como o natural, o político e o ambiental.

4 O PIB ESPORTIVO NO BRASIL E O PIB DOS ESPORTES DE AVENTURA

O Desenvolvimento Local não pode ser construído sem a dimensão econômica, entre outras dimensões, embora o seu contexto seja a dimensão humana que encontra a sua expressão mais elaborada na comunidade local, com suas multiparticularidades. Se, como foi afirmado acima, o Desenvolvimento Local é a dinâmica transversalizadora dessa área de conhecimento, aqui cabe ressaltar que a dimensão humana é a dinâmica transversalizadora do próprio Desenvolvimento Local.

Por causa de indicadores, como capacidades, habilidades e competências dos agentes, por um lado, colaboração de agentes externo, por outro, além do protagonismo individual e coletivo, da perspectiva da construção social e fatores históricos e culturais (OLIVEIRA; SAMBUICHI; SILVA, 2013), toda atividade humana pode ser quantificada para efeito de comparação, de estudo e de delimitação de estudos. Tal maneira de estudar não significa necessariamente fragmentar ou separar, mas dar aos dados o valor devido dentro de uma área do conhecimento.

A construção do PIB dos esportes apresenta uma gama de dados que os colocam numa relação direta com a questão do desenvolvimento, seja de um país como um todo, seja de uma localidade em particular. Kasznar (2013) publicou um artigo sobre o PIB dos esportes no Brasil. Trata-se de uma pesquisa que antecedeu a dois eventos importantes em âmbito mundial, que foram realizados no Brasil, ou seja, a Olimpíada de 2016 e a Copa do Mundo de 2018. Outros eventos esportivos de grande porte que ocorreram na esteira desses dois carros-chefes do esporte mundial foram a Copa das Confederações de 2013 e os Jogos Olímpicos de Primavera de 2016.

Naquele momento, a discussão sobre políticas públicas voltadas para o esporte estava na ordem do dia. Porém a preocupação com a questão dos esportes no Brasil tem uma relação direta com a Constituição Federal de 1988. Em 24 de março de 1998, entrou em vigor a Lei n. 9.615, que instituiu as normas gerais sobre desporto.

Em 2004, foi realizada a Primeira Conferência Nacional do Esporte. Nessa conferência, a Carta de Brasília dizia que estavam sendo criadas “as condições para fazer do esporte e do lazer atividades essenciais na vida de

brasileiros e brasileiras” (CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 2004). Essa Conferência, além de tratar dos aspectos humanos, educacionais e performáticos dos esportes, também tratou da questão econômica ligadas aos esportes. Dentre as moções apresentadas, a Conferência propôs ao governo federal garantir às prefeituras a viabilização da prática de esportes para todas as camadas sociais. Essas mesmas preocupações se repetiram nas três outras conferências que se seguiram a essa.

No ano de 2006, entrou em vigor outra lei, a Lei n. 11.438, cuja finalidade era dispor sobre os incentivos e os benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Brasil. Alguns artigos dessa lei receberam outra redação em 2014, pela Lei n. 13.043 .

Dentre as características dessas leis, está também a preocupação com a questão econômica, e todas elas usam o conceito de desenvolvimento não somente sua dimensão física, mas também humana e de inclusão social.

Essas leis foram decisivas para a realização dos dois eventos máximos do esporte em âmbito mundial no Brasil. Com isso, empresas, o terceiro setor e os entes governamentais perceberam a importância do esporte para a economia nacional e local. A partir dessa percepção é que se tornou possível quantificar a participação dos esportes no Produto Interno Bruto do Brasil.

Quanto aos esportes, segundo Kasznar (2013), o PIB deve ser deduzido a partir de informações advindas tanto do governo quanto da iniciativa privada. Para a sua confecção, é preciso levar em consideração o que esses entes fazem e como produzem os bens e os serviços esportivos. Daí que ele é fruto de contabilizações, balanços e demonstrativos de orçamentos das estruturas, dos agentes econômicos e das organizações que se dedicam ao esporte, como confederações, federações, associações, clubes, agremiações e indústrias; serviços como telecomunicações e mídia, *marketing*, transporte, distribuição, educação esportiva, casas lotéricas, casas de apostas, hipódromo; eventos, congressos, simpósios e afins; feiras esportivas, *banking* e meios de pagamento esportivo e organizações não governamentais (ONGs). Dentro desse espectro amplo de agentes e organizações, ainda é preciso contabilizar os fluxos financeiros, os recursos públicos empregados no financiamento do esporte, subsídios, doações nacionais e internacionais e patrocínios, entre outros.

Em dados, Kasznar (2013) relata que, num crescendo, o PIB dos esportes atingiu 1,97% do PIB nacional, no ano 2000. Em 2008, atingiu 1,99%. Já em 2012, após o auge da crise econômica de 2008, a participação do PIB dos esportes na economia nacional tinha caído para 1,6%. Naquele ano, o total do PIB dos esportes era de 67 bilhões de reais. A Consultoria Pluri também fez um balanço, no qual chegou à conclusão de que, apesar da retração, entre 2000 e 2011, o PIB dos esportes cresceu na ordem de 7,1%, enquanto o PIB brasileiro cresceu na ordem de 4,2% ao ano. A mesma consultoria previa que, em 2016, a participação dos esportes na composição do PIB nacional crescerá em 22%, voltando ao patamar de participação no PIB geral de 2008, quando chegou a 1,99%.

A Consultoria Pluri ainda mostrou que, embora haja essa participação crescente na economia brasileira, há países onde o esporte tem uma significativa participação no PIB. Os exemplos citados são EUA = 2,1% (US\$ 427 bi / R\$ 850 bi), Alemanha = 1,5% (+4,1% aa), Inglaterra = 1,8% (+4,1% aa – 1985-2008), Austrália = 2,3% e Nova Zelândia = 2,8%.

Ao se realizar um estado da arte a partir do Portal de Periódico da Capes, tendo como descritor “investimento em esporte no Brasil” e obedecendo ao período de 1980 a 2021, que é o lapso de tempo em que os estudos sobre o Desenvolvimento Local ganharam relevância, foram encontrados 1.022 artigos num total. Ao se refinar a busca apenas para produções revisadas por pares, esse total caiu para 472. As produções publicadas no Brasil somam 83, e aquelas dedicadas exclusivamente à recreação e ao esporte somam apenas 38. Quanto às temáticas, elas variam e se dedicam ao futebol, à legislação, aos investimentos e ao *marketing*, entre outras.

Após esse levantamento sobre o crescimento do PIB dos esportes, torna-se necessário apresentar alguns dados sobre a sua composição. Os dados da Tabela 4 apresentam como os produtos esportivos são gerados e como o PIB esportivo é formado. Para a sua composição, há três indicadores de valor ao redor dos quais os dados são coletados. O primeiro deles é o indicador de artigos esportivos. Esse indicador é formado pelos materiais produzidos pela indústria, podendo ser nacionais ou importados. O segundo indicador é formado pelos serviços prestados por firmas especializadas em esporte e afins. Esse indicador engloba uma série de atividades, como

publicidade e propaganda, indo até o pagamento dos esportistas. Quanto ao terceiro indicador, este poderia ser chamado de serviços indiretos gerados pelo esporte. Em torno dele, giram serviços de alimentação, hospedagem e manutenção de equipamentos (Cfr. Tabela 4).

Tabela 4 - PIB do setor de esporte no Brasil – geração e formação do produto

	2000	2005	2010
Valor dos artigos esportivos	11.579.974.958	24.113.806.004	46.998.739.389
Serviços gerados por firmas especializadas e afins	2.667.751.766	5.520.287.171	10.600.232.863
Vestuário	2.514.279.278	2.994.682.102	5.627.986.327
Produtos sintéticos	219.740.947	472.614.060	978.968.327
Artigos esportivos (bolsas, mochilas e afins)	1.623.540.741	3.935.168.922	7.908.836.933
Instrumentos esportivos	3.612.154.481	5.993.389.677	11.012.902.035
Equipamentos importados	614.768.057	1.268.364.929	2.882.312.453
Outros (alimentos, vitaminas, vídeos etc.)	507.639.698	3.929.299.143	7.987.500.519
Valor indireto dos serviços gerados por firmas especializadas em esporte e afins	8.476.090.255	14.170.704.209	25.393.077.531
Marcas, patentes, direitos autorais	18.637.081	510.005.478	944.828.331
Publicidade, propaganda, distribuição e marketing	4.477.082.362	6.595.711.537	12.384.794.975
Prática de atividades esportivas em clubes, academias e afins	465.229.881	939.476.241	1.833.648.189
Arrecadações em estádios, quadras, clubes e eventos afins	438.273.504	528.238.006	959.695.749
Remuneração formal do complexo de esportistas	2.356.359.310	3.995.365.738	6.884.322.389
Meios de comunicação esportiva – televisão, rádio e jornalismo	663.833.310	997.104.502	2.350.782.603
Outros	56.674.978	604.802.707	35.0005.296

	2000	2005	2010
Valor indireto dos serviços gerados pelo esporte – efeito multiplicador	3.001.174.260	3.823.373.633	6.272.099.433
Transporte intraurbano	882.349.023	907.584.056	1.354.940.936
Transporte intermunicipal	437.924.931	328.943.428	550.487.775
Transporte internacional	144.077.186	252.139.432	401.451.745
Hospedagens domésticas	103.410.238	282.768.394	530.585.887
Hospedagens internacionais	266.356.888	205.294.890	381.966.774
Alimentação doméstica	229.036.249	363.608.337	473.751.446
Alimentação internacional	41.550.001	46.318.199	68.830.638
Atendimento médico-hospitalar	197.525.174	252.392.077	482.443.773
Manutenção de equipamentos	241.910.243	524.237.798	790.883.693
Manutenção de estrutura poliesportiva	440.271.994	656.034.128	1.219.285.582
Outros	6.762.332	5.052.894	17.471.182
Total	23.238.255.799	42.107.453.630	78.663.585.966

Fonte: Elaboração própria, a partir de Kasznar (2013).

Esta pesquisa se revelou importante porque o esporte é uma prática humana que pode ser quantificada. Como se pode perceber pela Tabela 4, ele não está dissociado da vida da sociedade. Esta é a razão pela qual encontra a sua relação com o Desenvolvimento Local.

Os dados da Tabela 4 apresentam informações sobre os esportes em geral. Quanto aos esportes de aventura na natureza, além de equipamentos especializados, como bicicletas, carros e motos, no caso de competições, como os ralis, *trail run* e *mountain bike*, entre outros, os competidores precisam também de equipamentos de segurança e de roupas especiais, entre outros.

Além disso, diferentemente de esportes como o futebol, o voleibol e o basquetebol, que contam com locais especializados para a sua prática, os esportes de aventura na natureza gozam de mobilidade bastante significativa. Porém, como os esportes praticados em locais especializados, os eventos mais significativos precisam do apoio das federações nacionais, regionais e locais, de parcerias de empresas e do terceiro setor, porque

produzem impactos sobre o ambiente onde são praticados. De todo modo, a sua prática exige que os atletas usem roupas especializadas, sapatos que atendam às características dos locais de sua prática, equipamentos de segurança, além de kit de primeiros socorros. Segundo Paixão e Costa (2009, s.p.),

Ao se considerar a dimensão econômica que perpassa tanto o turismo quanto o esporte de aventura, faz-se necessário não perdermos de vista que estas práticas corporais na natureza movimentam uma verdadeira indústria voltada ao entretenimento, como os investimentos de capital em recursos tecnológicos, produção de equipamentos sofisticados, comercialização de artigos e utensílios necessários à prática, realização de eventos competitivos por empresas especializadas, hospedagens e em campanhas publicitárias veiculadas pela mídia, as quais evocam acima de tudo a aventura, a adrenalina e as fortes emoções

Conforme a Figura 1, os esportes de aventura podem ser classificados em esportes de aventura na natureza e de turismo. De qualquer forma, eles interessam ao Desenvolvimento Local porque podem ser objeto de uma “política econômica, sobre bem-estar, porém esclareça-se: qualidade de vida não se compra nem se vende, se constrói” (PAIXÃO; COSTA, 2009, s.p.), e da economia em geral, porque pode envolver os agentes locais, empresas especializadas e a comunidade para a realização de eventos especializados.

Com a crise econômica, social e política que se iniciou em 2014, no Brasil, os investimentos em esporte, em especial da parte do governo federal, caíram drasticamente. Para 2020, por exemplo, o Orçamento Federal inicialmente contava com 421 milhões de reais. No entanto, o governo propôs um corte para a metade desse montante (BRASIL, 2020). Levando-se em consideração a importância dos esportes para o desenvolvimento e o Desenvolvimento Local, essa participação reducionista do governo federal compromete muito o crescimento do próprio PIB dos esportes no Brasil.

5 CONCLUSÃO

A conjunção entre a temática do desenvolvimento, do Desenvolvimento Local, dos esportes, dos esportes de aventura na natureza e do PIB dos esportes parece impossível à primeira vista. Somente quando a temática é

explicitada é que surgem os dados que podem ser definidos, separados e analisados. A presente pesquisa procurou abordar a temática do desenvolvimento não apenas como crescimento econômico. Nesse caso, tudo é passível de quantificação. Daí a importância de se colocar no centro de qualquer preocupação a pessoa humana, as comunidades em seus diversos territórios, em especial no ambiente dos municípios, que é onde a vida humana ocorre nas suas multipequidões. Sendo assim, o conceito de desenvolvimento ganha o qualificativo de local, formando a locução Desenvolvimento Local.

Quando se trata dos esportes em geral e dos esportes de aventura na natureza em particular, eles não estão dissociados de uma prática organizada, em que participam atletas, empresas, o terceiro setor e as instituições públicas. A sua importância para uma localidade é que pode ajudar a abrir novas possibilidades econômicas para determinado território local. A sua prática, ao exigir territórios naturais, no caso dos esportes de aventura na natureza, torna visível o território de um município, abre espaço para a criação de empresas que se dediquem a esse tipo de esporte e pode ser importante gerador de emprego e renda para o local.

Ao se analisar o PIB dos esportes no Brasil, duas coisas se revelam importantes para uma análise. A primeira é que os esportes ganharam destaque no cenário nacional, em especial no período que antecedeu aos grandes eventos de 2016 e 2018, respectivamente, a Copa do Mundo, que aconteceu em praticamente todas as regiões do país, e a Olimpíada, que teve como sede o Rio de Janeiro, com reverberação em capitais de outros estados. Isso fez com que governo e empresas passassem a investir nesse segmento, que gera importantes valores pecuniários.

A segunda é que, independentemente desses eventos, os esportes precisam de equipamentos específicos, que são produzidos por empresas especializadas. Não foi possível quantificar pecuniariamente a participação dos esportes de aventura na natureza no PIB dos esportes do Brasil. No entanto, conforme a Tabela 4, no indicador “Valor dos produtos esportivos”, que conta com itens como “Serviços gerados por firmas especializadas e afins”, “Vestuário”, “Artigos esportivos”, “Produtos sintéticos”, “Instrumentos esportivos” e “Equipamentos importados”, entre outros, é possível perceber a importância dos esportes de aventura na natureza para a economia em

geral e, particularmente, para a economia local, em especial com a implantação de empresas especializadas em territórios específicos.

O Brasil, com a sua diversidade natural, pode se tornar um centro de atenção para a prática de esportes de aventura na natureza, especialmente com a criação de marcas e patentes (indicador “Valor indireto dos serviços gerados por firmas especializadas em esporte e afins” [Cfr. Tabela 4]), e, ao mesmo tempo, apresentar ao mundo a sua capacidade hoteleira, culinária e de mobilidade (transportes e comunicação) (Indicador “Valor indireto dos serviços gerados pelo esporte – efeito multiplicador” [Cfr. Tabela 4]).

Observou-se também que o governo federal, ao reduzir o orçamento do esporte em 2020, traria, automaticamente, uma redução no PIB nacional, pois o esporte tem uma participação expressiva na economia. Além disso, com essa redução, possivelmente não foram levadas em consideração outras dimensões de desenvolvimento que isso afetaria, como saúde, segurança, inclusão social, entre outros, dando, assim, uma possibilidade de se ter um pré-julgamento de que ainda é necessário um entendimento mais amplo no real impacto dos esportes para o desenvolvimento de uma sociedade, quando se pensa em elaborar políticas públicas.

Vale ressaltar a forte convergência que a Agenda 2030 da ONU traz com o Desenvolvimento Local e os esportes de aventura na natureza. A ONU usa como tema principal a sustentabilidade, em que reconhece que a geração atual precisa atender às próprias necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Isso pode ser usado como indicativo da necessidade de se investir nos esportes em geral e, principalmente, nos esportes de aventura na natureza, pois esse mesmo objetivo e conceito é o que norteia essas práticas.

A partir de toda essa discussão, na qual já se tem claro que o desenvolvimento deve ser tratado de maneira mais sistêmica, ficam o esporte e os esportes de aventura na natureza como aliados para que se possa atender a esse objetivo de forma mais dimensional e ao real significado do termo desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BORGES, Pedro Pereira. Uma pequena reflexão sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Local. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 1-4, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i1.2904>.

BRASIL. *Lei n. 13.978*, de 17 de janeiro de 2020. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm. Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL. *Lei n. 13.043*, de 13 de novembro de 2014. Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014.

BRASIL. *Lei n. 11.438*, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006.

CAPES periódicos. *Gov.br* [online], Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

CLAXTON, Mervyn. *Decênio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997: cultura y desarrollo*. Paris: Unesco, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

DICIONARIO Houaiss. *Uol* [online], São Paulo, 2021. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1. Acesso em: 22 set. 2021.

FURTADO, Celso. *O Capitalismo global*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GROGIN, Robert. *Natural enemies: the United States and the Soviet Union in the Cold War 1917-1991*. Washington: Lexington Books, 2000.

Desenvolvimento Local e esportes de aventura na natureza: a produção de riquezas a partir do esporte no Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: práticas de esporte e atividade física 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100364.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. *Conferência Nacional do Esporte: documento final*. Brasília, DF: Ministério do Esporte; IPEA, 2004.

JOGOS de Aventura e Natureza reúnem 29 modalidades esportivas. *O Presente* [online], Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2019. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104742&tit=Jogos-de-Aventura-e-Natureza-reunem-29-modalidades-esportivas>. Acesso em: 13 nov. 2021.

KASZNAR, Istvan. A evolução do PIB do esporte: financiamento privado e público. Principais contas e rubricas contábeis e financeiras do esporte. Projeções da conta satélite do Produto Interno Bruto Esportivo – Proxy- PIB, renda per capita, crescimento e impostos. *Eletrorrevista – Revista Científica e Tecnológica*, São Luís, n. 61, [s.p.], 2013. Disponível em: www.ibci.com.br/61.A.Evolucao.do.Produito.Interno.Bruto.PIB.do.Esporte.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARTINS, Murilo Araujo; BORGES, Pedro Pereira. *Função social do IPTU e desenvolvimento local: a responsabilidade social da propriedade*. Beau Bassin: Novas edições acadêmicas, 2018.

OLIVEIRA, José Arimatés de. Responsabilidade Social em pequenas e médias empresas, *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 203-10, 1984.

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Ana Paula Moreira da. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 14-27, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. *Agenda 2030*. Genebra: ONU, 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

PAIXÃO, Jairo Antônio da Costa; COSTA, Vera Lucia de Menezes. Esporte de aventura e turismo de aventura: aproximações e distanciamentos. *Revista digital*, Buenos Aires, año 14, n. 139, 2009. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd139/esporte-de-aventura-e-turismo-de-aventura.htm>. Acesso em: 11 dez. 2021

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Esportes na natureza e atividades de aventura:

Diego Bezerra de SOUZA; Pedro Pereira BORGES

uma terminologia aporética. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 687-700. Disponível em: www.scielo.br/j/rbce/a/w4WmkyJMtPrGCYCbmhSkcyP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2020

PLURI CONSULTORIA. *O PIB do esporte brasileiro*. São Paulo: Pluri Consultoria, 2021. Disponível em: <http://new.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2014/11/PIB-Esporte.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.